



Conselho Municipal da Cidade Comitê Técnico de Planejamento e Gestão do Solo Urbano

1 ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ TÉCNICO DE PLANEJAMENTO E 2 GESTÃO DO SOLO URBANO DO DIA 22 DE ABRIL DE 2021

3 No dia 22 do mês de abril do ano de dois mil e vinte e um, às 09:05, por meio da Plataforma
4 *Google Meet* foi iniciada mais uma reunião remota ordinária do Comitê Técnico de
5 Planejamento e Gestão do Solo Urbano pela conselheira Camila Fávero Loss Prestes. A
6 Conselheira leu o edital de convocação com a ordem do dia. Posteriormente, seguiu com a
7 leitura da ata do dia 11/03/2021 e solicitou aos conselheiros que se manifestassem caso
8 tivessem ajustes a serem feitos na ata. Ata foi aprovada pelos conselheiros presentes. Na
9 sequência, Camila repassou os assuntos a serem tratados e prosseguiu com a pauta sobre
10 “Informações sobre metodologia para elaboração do PPA em consonância com Plano Diretor
11 e Plano de Governo”. Cantídio seguiu com a palavra, dando as boas-vindas ao Secretário
12 Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão Sr. Luiz Guilherme Erse da Silva que estava
13 presente na reunião. Com a palavra o Secretário Luiz Guilherme, disse ter uma preocupação
14 profunda em relação a questão do Plano Diretor e sua aplicabilidade a partir do momento que
15 ele está aprovado por lei, necessitando que agora se faça um trabalho voltado
16 fundamentalmente para ter efetividade na construção do Plano Plurianual com os vetores
17 principais estabelecidos pelo Plano Diretor. Falou que este o último Plano Diretor foi
18 extremamente especulado em todo território do Município de Porto Velho e observou que
19 todos nós de alguma forma trabalhamos nele, e com a experiência que temos em algum plano,
20 nenhum deles é absolutamente perfeito e o nosso também não é. Citou que, principalmente, o
21 Secretário Edemir Brasil (Secretaria Municipal de Regularização Fundiária, Habitação e
22 Urbanismo – SEMUR), que tem se debruçado sobre as questões do Plano Diretor sabe que
23 tem uns ajustes a serem acedidos, e por decorrência também de ajustes entendidos pelo
24 trâmite institucional. Além disso, mencionou que após a elaboração do próximo PPA, teremos
25 a oportunidade de constatar as demandas que geralmente possam acontecer e que possam
26 também essas demandas encontrar alguma dificuldade em função do Plano e das leis que
27 contribuem para aplicação efetiva do Plano, as quais são Código de Obras e Edificações, Lei
28 de Uso e Ocupação do Solo Urbano e Lei de Parcelamento do Solo Urbano. Disse que então
29 teremos a oportunidade nesse período, inclusive nós da SEMPOG, de perspectivar pelo
30 menos, e se necessário, antes e a cada quatro anos, um ajuste na construção do PPA, para



Conselho Municipal da Cidade Comitê Técnico de Planejamento e Gestão do Solo Urbano

31 proceder a eventuais “correções” que eventualmente o Plano Diretor demonstre que são
32 necessárias. Disse que outro aspecto que vem sendo observado desse pensamento, é de trazer
33 as diretrizes estratégicas e as diretrizes temáticas e inclusive as iniciativas que estão
34 consignadas no Plano Diretor para o PPA. Falou que Secretaria está discutindo uma
35 metodologia pra tomar como fundamentalmente necessários os vetores do Plano Diretor e a
36 ele juntar as diretrizes do Plano de Governo. Falou da necessidade de unir também os planos
37 específicos da Secretaria de Educação, Secretaria de Saúde e Secretária de Assistência Social
38 e da Família, que precisam estar inseridos em uma metodologia que está sendo construída
39 para elaboração do Plano Plurianual de 2022 – 2025. Prosseguiu falando que esta era a
40 mensagem inicial que ele trazia e que, inclusive ainda não é o momento, mais que a Secretaria
41 estaria disposta, possivelmente até antes que aconteça a segunda reunião do Comitê de
42 Planejamento com a presença do Secretário, da possibilidade da metodologia ser explanada
43 aos integrantes do Comitê. Para que todos estejam cientes e até para discussão de
44 aperfeiçoamento, se necessário. Frisou que a SEMPOG tem uma preocupação muito grande e
45 é muito solidária com o pensamento do Departamento de Planejamento Institucional e Gestão
46 Estratégica (DPGE) em verdadeiramente pôr em aplicação as diretrizes estratégicas e as
47 diretrizes temáticas e talvez alcançando as iniciativas do Plano Diretor para estarem presentes
48 no PPA 2022-2025. Disse que era necessário observar a todos os membros que estamos
49 vivendo um momento excepcional em virtude da pandemia, e que este fato tem travado
50 muitas atividades sobremaneira. Falou que acredita que certamente ouviram falar ou tiveram
51 algum momento de trabalho em *home office*, e que o Secretário Adjunto e o Secretário da
52 SEMPOG têm trabalhado desde março do ano passado presencialmente, pois quando se trata
53 da estrutura orçamentária, do acompanhamento orçamentário e das situações realmente
54 críticas que essa pandemia tem trazido, não é possível o trabalho em *home office*. Reforçou
55 dizendo que todos os decretos emitidos pelo governo do Estado e pela Prefeitura observaram
56 que as questões relacionadas ao orçamento, precisam ser absolutamente presenciais. Disse que
57 trouxe essa preocupação porque ela estabelece fortes limites às outras ações porque a
58 prioridade absoluta da Prefeitura, que é declinada pelo prefeito é com referência ao fenômeno
59 da pandemia, as consequências e as necessidades que surgem na Secretaria Municipal de
60 Saúde para poder enfrentar essa situação de calamidade pública. Finalizou dizendo estar
61 muito satisfeito com a presença de todos e, principalmente, com o desempenho que o



Conselho Municipal da Cidade Comitê Técnico de Planejamento e Gestão do Solo Urbano

62 Secretário Adjunto que tem acompanhado o Comitê, e aos servidores do DPGE. Agradeceu a
63 oportunidade e se colocou à disposição para eventuais esclarecimentos. Com a palavra,
64 Camila fez uma apresentação de *slides* a respeito dos trabalhos do Comitê de Planejamento.
65 Na sequência, o Secretário José Cantídio agradeceu a participação e as palavras do Secretário
66 Luís Guilherme, enfatizou a importância do CONCIDADE para a melhoria do Município e se
67 dirigiu ao Sr. Luís Guilherme falando que ele pode contar com o Conselho no sentido de
68 melhorar cada vez mais os trabalhos de planejamento da cidade de Porto Velho. Com a
69 palavra Secretário Luís Guilherme disse ter visto o trabalho que o DPGE vem fazendo, com
70 auxílio da Raísa, Camila e Iasmin, que são pessoas que mantêm a essa “chama” vibrante.
71 Falou que está torcendo para que todos logo sejam vacinados e que será muito mais produtivo
72 fazer as reuniões presenciais. Disse que espera que até julho, tenhamos a oportunidade de
73 fazer reuniões presenciais na SEMPOG, para que se possam ser discutidos os objetivos do
74 Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho (PDPM) e essas intenções serem
75 inseridas nas perspectivas programáticas de efetiva realização para o PPA. Ressaltou que não
76 deseja trabalhar com ilusões e sim com realidades. Disse que existem também perspectivas de
77 longo prazo, os quais são os grandes projetos, como o saneamento básico de Porto Velho, a
78 mobilidade urbana, as questões da territorialidade, as melhorias nos distritos, e neste aspecto,
79 ressaltou que a Secretaria tem tido um trabalho bastante interessante, conjugado com o
80 Superintendente Municipal de Integração e Desenvolvimento Distrital (SMD) Vinicius
81 Miguel e seus auxiliares. Com a palavra Camila, passou para a próxima pauta que seria
82 “Apreciação da Lei da Zona de Urbanização Específica Portuária (ZUEP) à luz do Plano
83 Diretor aprovado”. Fez uma breve apresentação dos conflitos das leis identificados
84 previamente e em seguida, abriu a palavra para os conselheiros para contribuições. O
85 Secretário da SEMUR Edemir Brasil fez uma correção, que o atual Portochuelo deveria ser
86 chamado de “Zona Portuária do Baixo Madeira”. Também mencionou que no Plano Diretor
87 na menção ao Terminal Cai N'Água se refere ao transporte de “mercadorias e passageiros” e
88 deveria ser “carga geral e passageiros”, pois segundo ele, se um caminhão de grão tentar
89 estacionar no referido porto, saberá que não pode. O Secretário Edemir apontou que quando
90 ele solicitou que houvesse a discussão da ZUEP no Comitê, foi porque na SEMUR eles já
91 haviam trabalhando em cima desta lei e esperava que fosse debatido no âmbito do Comitê.
92 Com a palavra Secretário Luiz Guilherme, falou sobre um trabalho comparativo que está



Conselho Municipal da Cidade Comitê Técnico de Planejamento e Gestão do Solo Urbano

93 sendo desenvolvido entre o trabalho original do Plano Diretor e do que foi aprovado pela
94 Câmara e que tem aflorado algumas “incongruências”. Comentou que o Sr. Edemir por ter
95 conhecimento na área de portos poderá dar uma imensa colaboração nesse sentido. Falou que
96 a Lei 838/2021 é extremamente recente e nesse momento talvez seja muito prudente fazer um
97 estudo junto ao que está sendo levantado pela DPGE com referências a essas incongruências.
98 Disse que a programação do Plano não é perfeita e ela irá aflorar as eventuais incongruências,
99 então naquele momento que há uma demanda absolutamente caracterizada e que houver uma
100 eventual dificuldade em dar o aprofundamento da decisão em função da lei do Plano Diretor,
101 colher o entendimento do Secretário Edemir e de todos do Comitê. Citou como exemplo o
102 primeiro Plano Diretor que participou, em que os bairros Ulisses Guimarães, Marcos Freire e
103 outros, que estavam completamente “fora”, pois era um grande hiato a partir da Av. Guaporé
104 “para lá”, e que a partir da Av. Mamoré foi considerado extensão urbanizável. Falou
105 concordar com as colocações do Sec. Edemir, no tocante às tributações incidentes das
106 atividades do Baixo Madeira. Acredita que precisa se estabelecer uma certa forma de
107 regularidade urbanizável, porque todos os serviços com referência a atender um porto na
108 “Zona Portuária do Baixo Madeira”. Falou da necessidade de aprofundar nesse estudo e
109 observou que é prematuro tomar uma decisão agora. Na sequência o conselheiro Antônio
110 Balau falou da necessidade das empresas que se instalarem no Portochoelo apresentarem o
111 Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA). Com a
112 palavra Emanuel, sugeriu que precisasse retomar essa pauta em próxima reunião, que é
113 necessário apresentar uma proposição para Câmara com um pedido de trazer a coerência a
114 essa legislação tão importante. Camila faz o encaminhamento para a continuação da pauta
115 para próxima reunião e indicou que nesse intervalo o Comitê junto com outros técnicos
116 envolvidos da área trabalhe nessa relação dos conflitos da legislação da ZUEP e do Plano
117 Diretor, e façam possíveis sugestões. Após aprovação do encaminhamento Camila passa para
118 o próximo assunto relacionado à “Elaboração de documento sobre as atividades portuárias:
119 recomendações para o Plano de Desenvolvimento Portuário”. Após breve explanação, com a
120 palavra o Calos, faz uma apresentação do mapa que está sendo desenvolvido na CPRM, que
121 contempla a área urbana, adjacências e a Área de Interesse para Instalação de Atividades
122 Portuárias, intitulado mapa de vulnerabilidade *DRATLU*. Após apresentação Camila
123 agradeceu e falou que poderiam incluir o mapa e as informações no relatório sobre as



Conselho Municipal da Cidade Comitê Técnico de Planejamento e Gestão do Solo Urbano

124 atividades portuárias que está sendo elaborado. Na sequência mencionou que o relatório
125 estaria disponível no *drive* para todos terem acesso e em outro momento entraria em contato
126 com cada conselheiro para auxiliar na escrita dos devidos pontos do relatório. Camila fez um
127 encaminhamento: “disponibilizar o relatório no *google drive* para acesso de todos e contatar
128 os conselheiros para contribuir com o documento”. Posteriormente passou-se para os assuntos
129 gerais. Emanuel informou sobre a próxima reunião ordinária do Conselho Municipal da
130 Cidade no dia 29/04/2021 (quinta-feira da próxima semana), e que seria dada continuidade à
131 análise do Plano Diretor Participativo aprovado na Câmara Municipal a partir de um estudo
132 comparado, onde seria discutido sobre o monitoramento do Plano Diretor. Falou da outra
133 pauta relacionada aos informes dos Comitês, em especial os que tiveram a substituição de
134 seus coordenadores. Camila agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às 11:12. Eu,
135 Matheus Diniz Nogueira, Matheus Diniz Nogueira,
136 atuo e lavro esta ata. Porto Velho, 22 de abril de 2021.